



## O acesso à saúde pela população em situação de rua: uma revisão sistemática

Rafaela Germano Toledo<sup>1</sup>, Rafael Ribeiro Hernandez Martin<sup>2</sup>, João Vitor Tavares  
Silveira<sup>3</sup>, Andrea Cristine Saggioro Oliveira<sup>4</sup>

### RESUMO

**Introdução:** No Brasil, existe um número crescente de indivíduos sem acesso aos direitos básicos, dentre eles, destaca-se a população em situação de rua (PSR). Assim, na tentativa de melhorar o acesso à saúde deste grupo, foi criada, em 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua e, em 2011, a Portaria nº 122, que definiu as diretrizes de funcionamento e organização das equipes de consultório na rua – eCR. Estas equipes são multiprofissionais e devem lidar com os diferentes problemas e necessidades de saúde da PSR, incluindo atividades de busca ativa e cuidados aos usuários de álcool e drogas, tendo como escopo garantir o acesso dos usuários à rede de serviços de saúde. **Objetivo:** Revisar os aspectos mais recentes da literatura em relação ao acesso à saúde pela PSR. **Metodologia:** Foi feito um levantamento bibliográfico nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde, no mês de abril de 2019, utilizando as seguintes palavras-chave: “População em Situação de Rua”, “Saúde” e “Políticas Públicas”. Da mesma forma, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados nos últimos cinco anos em revistas brasileiras de saúde e artigos científicos disponíveis na íntegra na internet. Outrossim, cabe ressaltar que a sistematização PRISMA foi utilizada. Após a busca, foram encontrados 9 estudos, sendo que 3 foram excluídos por não serem diretamente relacionados ao tema e outros 2 por não atenderem aos propósitos da pesquisa. **Resultados:** Após análise dos artigos, foi constatado por 3 deles que existem múltiplos problemas, além da falta de moradia, com destaque para a perda da identidade, segurança, bem-estar, sentimento de pertencimento e raízes, o que dificulta o acesso à saúde e a manutenção do cuidado. Somado a isso, 1 artigo destaca ainda a dificuldade de inserção desse grupo no sistema de saúde devido ao preconceito e à discriminação, além da ausência de documentação para identificação e cadastro do usuário. **Conclusão:**

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora – SUPREMA. E-mail: rafaelagrmn@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora – SUPREMA.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora – SUPREMA.

<sup>4</sup> Docente da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora – SUPREMA.

Mesmo com as políticas públicas já instauradas, a saúde da PSR ainda está comprometida, visto que os princípios da universalidade do acesso aos serviços de saúde, da equidade no acesso às ações e serviços e da integralidade da assistência são constantemente infringidos. Logo, ainda há muito a ser feito por essas pessoas, principalmente em relação à aplicação das políticas públicas das eCR de forma adequada, para garantir o atendimento das demandas e principais necessidades de saúde dessa população.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Políticas Públicas. População de Rua.

## REFERÊNCIAS

1. Hino P, Santos JO, Rosa AS. Pessoas que vivenciam a situação de rua sob o olhar da saúde. Rev. Bras. Enferm. [Internet]. 2018 nov.; 71(Suppl. 1):684-92. [Citado 2019 abr. 20]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003471672018000700684&l](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672018000700684&l)>.
2. Paiva IKS, Lira CDG, Justino JMR, et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. Ciênc. Saúde Coletiva [Internet]. 2016 ago.; 21(8):2595-606 [Citado 2019 abr. 20]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232016000802595&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016000802595&lng=en)>.
3. Silva CC, Cruz MM, Vargas EP. Práticas de cuidado e população em situação de rua: o caso do Consultório na Rua. Saúde Debate [Internet]. 2015 dez.; 39(spe): 246-56 [Citado 2019 abr. 20]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010311042015000500246&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042015000500246&lng=en)>.
4. Hallais JAS, Barros NF. Consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2015 jul.; 31(7):1497-504 [Citado 2019 abr. 20]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2015000701497&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2015000701497&lng=en)>.
5. Galvão TF, Pansani TSA, Harrad D. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. Epidemiol. Serv. Saúde [Internet]. 2015 jun.; 24(2): 335-342 [Citado 2019 abr. 20]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S22379622201500020035&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S22379622201500020035&lng=en)>.